



A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NAS TESSITURAS DO CONTEMPORÂNEO: A RESPONSABILIDADE SOCIAL E O ACESSO À INFORMAÇÃO NA ORDEM DO DIA

Marielle Barros de Moraes

Universidade de São Paulo (USP) – Brasil

RESUMO

Os desenvolvimentos oriundos da Revolução Industrial vêm ocasionando transformações no ser, no fazer e no estar das sociedades e afetam diferentes profissões e formações. Neste cenário, encontra-se o fazer profissional do bibliotecário e as diretrizes de sua formação e, como a pauta do dia é a responsabilidade social e o acesso à informação, torna-se urgente indagar como as diretrizes do MEC e da ABECIN, na sua última proposta de alteração curricular para a formação do bibliotecário, abordam a temática da responsabilidade social. Como metodologia utilizou-se a análise de conteúdo das diretrizes do MEC e da ABECIN, de 2001, tendo como norte teórico Paulo Freire. Os resultados apontam que a responsabilidade social do bibliotecário embora ainda enfatize a organização da informação, está acentuando-se cada vez mais nas questões que concernem à mediação para o acesso à informação.

Palavras-Chave: Formação do Bibliotecário; Responsabilidade Social; Mediação da Informação; Acesso à Informação; Contemporaneidade.

ABSTRACT

The developments from the Industrial Revolution has caused changes in the being, doing and being of societies and affect different professions and trainings. In this scenario, you are doing professional librarian and the guidelines of their training and as the day's agenda is the social responsibility and access to information, it becomes urgent to ask how the directives of the MEC and ABECIN at its last proposal to modify curriculum for the training of the librarian, addressing the theme of social responsibility. As a methodology used to analyze of the content of these guidelines for the training of librarians in 2001, with the primary guiding theoretical Paulo Freire. The results indicate that the social responsibility of the librarian,

Keywords: Librarian Training; Social Responsibility; Mediation Information; Information Access; Contemporaneity.

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias de informação e de comunicação, bem como as nanociências, representadas principalmente pelas nano e biotecnologia, são frutos da Terceira Revolução Industrial, cujos desenvolvimentos tecnológicos estão cada vez mais

presentes no ser e no fazer do bibliotecário. Com a popularização dos recursos midiáticos na contemporaneidade, a responsabilidade social e o acesso à informação estão em pauta no discurso das mais diversas instituições sociais que vem se expressando através das mídias eletrônicas. A partir dessa ideologia do “socialmente responsável” as empresas, na maioria das vezes, passam a assumir o controle da responsabilidade que era essencialmente do Estado. Diante das conseqüências que o avanço do capitalismo vem causando na sociedade, desde o advento da modernidade, as empresas passaram a buscar alternativas que têm por objetivo modificar a visão social acerca dos problemas que elas acarretam, ou seja, elas passam a investir capital na sociedade para mascarar os problemas sociais que as produções de determinados produtos ocasionam. O discurso da responsabilidade social passa a ser um meio de melhorar a imagem e a competitividade entre as empresas e, na maioria das vezes, as verbas que elas destinam a algumas áreas sociais, tendo em vista adquirir o selo de responsabilidade social, saem até menos onerosas do que uma divulgação negativa da imagem da empresa.

Na contemporaneidade, esse discurso passa a ser cada vez mais freqüente, indo desaguar na formação das mais variadas profissões. É nesse cenário, onde estão situadas as diretrizes curriculares do Ministério da Educação (MEC) para a formação do bibliotecário e outros profissionais. Nesse contexto, indagamos como as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e da Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN), para a formação do bibliotecário, abordam a temática da responsabilidade social? Qual o papel do bibliotecário em relação ao acesso à informação na contemporaneidade conforme essas diretrizes? A responsabilidade social proposta para o bibliotecário têm a mesma concepção da responsabilidade social no âmbito das empresas? Em outras palavras, é uma responsabilidade social numa perspectiva emancipatória, ou corroboradora do *status quo* vigente?

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL: DESVELANDO A HISTÓRIA E O CONCEITO

O uso do conceito de responsabilidade social no âmbito das empresas é oriundo do período moderno, mais precisamente a partir da Revolução Industrial, a qual ocasionou diversas mudanças nos processos laborais. Ashley (2003, p.18)

afirma que a evolução da responsabilidade social corporativa era prerrogativa do Estado, nos Estados Unidos e na Europa, todavia, a ética e a responsabilidade social eram aceitas como doutrinas até o Século XIX, quando o direito de conduzir negócios de forma corporativa era prerrogativa do Estado, ou da Monarquia, e não um interesse privado. As corporações de capital aberto recebiam alvarás apenas se fizessem o compromisso de realizar benefícios públicos, como a exploração e a colonização do Novo Mundo. Mas, o que é responsabilidade social?

Em 1919, a questão da ética, da responsabilidade e da discricionariedade dos dirigentes de empresas abertas veio a público, com o julgamento do caso *Dodge versus Ford* nos Estados Unidos, que tratava da competência de Henry Ford para tomar decisões que contrariavam interesses dos acionistas John e Horace Dodge. Em 1916, Ford, alegando objetivos sociais, decidiu não distribuir parte dos dividendos esperados, revertendo-os para investimentos na capacidade de produção, aumento de salários e fundo de reserva para a redução esperada de receitas em função do corte dos carros. A Suprema Corte de Michigan foi favorável aos Dodges, justificando que a corporação existe para o benefício de seus acionistas, não podendo usar os lucros para outros objetivos (ASHLEY, 2003, p.18).

Essa visão mudou no período Pós-Segunda Guerra Mundial, quando, em 1953, a *A. P. Smith Manufacturing Company versus Barlow* retomou o debate sobre a responsabilidade social corporativa. Neste caso, a Suprema Corte de Nova Jersey foi favorável à doação de recursos para a Universidade de Princeton, contrariamente aos interesses de um grupo de acionistas. A partir de então, os defensores da ética e da responsabilidade social corporativa passaram a argumentar que, se a filantropia era uma ação legítima da corporação, então outras ações que priorizam objetivos sociais em relação aos retornos financeiros dos acionistas, seriam de igual legitimidade, como o abandono de linhas de produto lucrativas, porém, nocivas ao ambiente natural e social (ASHLEY, 2003, p.19).

Ashley (2003, p.6) afirma que nos primórdios da literatura sobre responsabilidade social dos executivos, Bowen, em 1953, definiu responsabilidade social como uma obrigação do homem de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e valores da sociedade. Em contrapartida, encontramos a conceituação da referida autora afirmando ser responsabilidade social

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela (ASHLEY, 2003, p.6).

Buscando outras formulações acerca do conceito, encontramos a de Mattar (2001), o qual representa o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que é uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como organização da sociedade civil de interesse público, criada em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada no Brasil.

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (MATTAR, 2001).

Em relação às três conceituações acerca de responsabilidade social, podemos perceber que há autores que têm uma abordagem mais funcionalista, e aqueles que abordam a responsabilidade social de forma mais crítica. Os que abordam de forma funcionalista, a exemplo de Mattar (2001), vêem a responsabilidade social praticada pelas empresas como algo bom e desejável, seria como uma espécie de pagamento de dívida que a empresa vem realizando pelo que elas vinham fazendo com o meio ambiente, e com a sociedade. Já os que abordam de forma mais crítica, a exemplo de Belizário e Lopes (2010), afirmam que “relações públicas e responsabilidade social formam, juntas, uma estratégia de dissimulação, pois constroem o adjetivo da responsabilidade, disfarçado de revelação do real, a fim de dissimular a intenção do lucro”. Daí vemos no dia-a-dia das propagandas, como por exemplo, a da Ypê, a qual se associou ao Programa Floresta do Futuro, promovido pela Fundação SOS Mata Atlântica, que tem por finalidade promover o reflorestamento de Mata Ciliares e, dessa forma, auxiliar na redução do Efeito Estufa. Todavia, sabemos que os detergentes que usamos, na maioria das vezes, vão parar em rios, através das redes de esgotos, produzindo a poluição denominada de “cisnes-de-detergentes”, as quais impedem a entrada de oxigênio na água, afetando as formas aeróbias de vida presentes nela.

A partir dessa ideologia do “socialmente responsável”, as empresas, na maioria das vezes, passam a assumir o controle da responsabilidade que era essencialmente do Estado. Diante das conseqüências que o avanço do capitalismo vem causando na sociedade, desde o advento da modernidade, elas passaram a buscar alternativas, disfarçadas sob o conceito de responsabilidade social, que tem por objetivo modificar a visão social acerca dos problemas que elas geram, ou seja, elas passam a investir capital na sociedade para mascarar os problemas sociais que a produção de determinados produtos ocasionam. O discurso da responsabilidade social passa a ser um meio de melhorar a imagem e a competitividade entre as empresas. As verbas destinadas por elas a algumas áreas sociais, tendo em vista o selo de responsabilidade social, saem até menos onerosas do que uma divulgação negativa da imagem da empresa.

Conforme as discussões presentes no documentário *The Corporation*, de 2004, grande empresas que adotam o discurso da responsabilidade social, a exemplo da Monsanto (que produz o Posilac), na realidade escamoteiam o problema que a fabricação e a utilização de seus produtos ocasionam à sociedade e ao meio ambiente como um todo. O Posilac, quando injetado, inflama o úbere das vacas e, para tratá-las, são usados antibióticos que, nós, seres humanos, consumimos por meio da carne, do leite e derivados. Com isso, criamos em nosso organismo bactérias resistentes a antibióticos. Foi a partir de uma série de denúncias que as empresas perceberam ter muito mais a perder do que a ganhar realizando uma série de iniciativas, como a doação a entidades beneficiadoras de crianças de uma parte da renda que iriam obter com os seus produtos. Todavia, mesmo com o selo de responsabilidade social, as empresas continuam a fabricar produtos que, em determinadas circunstâncias, não deveriam ser fabricados. Corroborando com o pensamento acima esboçado, e contrariando o de Mattar (2001), Srour (1999 *apud* ASHLEY, 2003, p.82) afirma que:

Assim, embora haja na sociedade vários códigos morais, a empresa só se comporta de modo socialmente responsável se sua sobrevivência é colocada em risco, se enfrenta intervenção organizada de públicos com as quais lida ou se disputa um cabo-de-guerra no qual há poder envolvido. Se esses públicos não forem ativos, se não cobrarem uma postura socialmente responsável da empresa, a maximização do lucro leva a melhor.

Em relação à responsabilidade social empresarial no Brasil, temos o exemplo do setor de telecomunicações que é um dos que mais cresce desde a segunda metade dos anos de 1990. Em 2005, estimava-se que o número de teleoperadores operando dentro e fora dos *call centers*, as Centrais de Teleatividades (CTAs), seriam de aproximadamente 675 mil. Porém, ao contrário do que anunciavam as teses da sociedade pós-industrial, tais como a de Daniel Bell, Yoneji Masuda e outros, o trabalho do setor de *telemarketing* articula as tecnologias do Século XXI com as condições de trabalho do Século XIX, estimula a cooperação ao mesmo tempo que fortalece a concorrência entre os teleoperadores (ANTUNES; BRAGA, 2009, p.9-10). Indagamos, portanto, como é vista a responsabilidade social orientada para os funcionários? É uma responsabilidade social como forma de apenas atrair e reter os funcionários com qualificação, assegurando que eles executem um trabalho intelectual, ou mental de execução; em outras palavras, que o trabalhador utilize as tecnologias de informação e de comunicação no processo laboral, mas que nesse processo não lhe seja dada a oportunidade de incorporar as suas habilidades mentais, uma vez que os programas com os quais ele trabalha já vêm prontos?

Com o objetivo de estimular a responsabilidade social das empresas, foram criados diversos instrumentos de certificação nos últimos anos. É a partir dessa visão que a noção de responsabilidade social sai do âmbito da ética das empresas e passa a se tornar uma noção pragmática na medida em que ela se torna apenas um selo ao qual as empresas almejam. Estes selos são cada vez mais cobiçados no cenário empresarial, tendo em vista uma maior competitividade entre as empresas. Na verdade, na maioria dos casos, esses selos de responsabilidade social empresarial também servem como mecanismo de marketing para as mesmas. Não são raras vezes em que podemos visualizar em nosso cotidiano diversas propagandas, televisivas, ou não, que usam como estratégia de *marketing* a seguinte idéia, isto é, caso o consumidor opte por determinado produto, ele estará ajudando na formação de crianças e adolescentes, ou estará contribuindo para a preservação do meio ambiente. Por exemplo, uma iniciativa da *Microsoft* para minimizar emissões de poluentes é a distribuição de garrafas não-descartáveis a funcionários contratados, terceirizados e estagiários. Outra iniciativa é apoiar programas de reciclagem de computadores, doando parte deles a entidades sem

fins lucrativos, contribuindo, desta forma, para livrar o meio-ambiente do lixo eletrônico (MICROSOFT BRASIL, 2009). Como uma empresa pode pensar em livrar o meio-ambiente do lixo eletrônico se os produtos da microeletrônica se tornam obsoletos a cada dia? Se, como exemplifica Bauman (2005, p.77), na Grã-Bretanha se produz a cada ano cerca de um milhão de toneladas de refugo eletrônico, e a previsão à época era que esse volume dobrasse em 2010?

É neste contexto em que se encontram as questões concernentes ao acesso à informação, ou seja, qual o papel social do bibliotecário em relação às formas de acesso aos mais variados tipos de informação na sociedade? É aquele papel social ao qual se refere o educador Paulo Freire (1978, p.41), ou seja, “[...] em que a formação científica se intensifica lado a lado com a sua formação geral e integral, de que o engajamento militante e a responsabilidade social, vividos num quefazer permanentemente dando-se à reflexão crítica”? Um sistema educacional que chama os educandos para, ao lado de sua formação científica e, concomitantemente com ela, numa prática adequada, desenvolvem a solidariedade, a responsabilidade social, o gosto do trabalho livre, como fonte de conhecimento, na produção do socialmente necessário, isto é, a camaradagem autêntica, e não a competição que o individualismo gera? Ou temos uma responsabilidade social que propicia o acesso à informação apenas como forma de “bem realizar” o seu trabalho, mas que não se preocupa com a apropriação que o indivíduo fará com as informações demandadas?

Portanto, é neste contexto que são propostas pelo MEC as transformações na formação do bibliotecário, e se tornam urgentes as seguintes indagações: quais mecanismos de mediação de informações o bibliotecário dispõe para que a sua atuação social não se pautem apenas pela promoção do acesso às informações que apenas corroborem com o que está posto, mas que seja uma atuação social numa perspectiva crítica de sua profissão? Como estão delineadas as diretrizes do MEC e da ABECIN para a formação do bibliotecário em relação à responsabilidade social de sua profissão?

3 ACESSO À INFORMAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: PERCORRENDO AS TRILHAS DA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Se fizermos um rápido e pontual passeio pela história da Biblioteconomia, enquanto prática profissional podemos perceber que esta profissão vem, desde a

sua gênese, pautando-se no paradigma da organização do acervo com vistas a sua preservação. Foi com o intuito de organizar para preservar que o bibliotecário grego Calímaco iniciou a catalogação da famosa Biblioteca de Alexandria. Outro período em que as práticas de organização eram realizadas como forma de preservação do acervo foi durante a Idade Média, momento em que o conhecimento passou a ser sagrado, e não acessível aos profanos, e as bibliotecas continuaram sem ser de acesso à população. Foi apenas na Idade Moderna que os muros das bibliotecas puderam ser atravessados pelos profanos e, também, que se iniciou o movimento de educação das massas. É nesse momento que o paradigma deixa de ser centrado na organização do acervo para a preservação e passa a se pautar na organização da informação para o acesso. O paradigma sai do acervo (que é algo material, sólido) para a informação (que é fluxo, líquido).

A biblioteconomia, por tratar da coleta, organização e difusão do conhecimento registrado nos mais diferentes suportes físicos, teve como função original a preservação do saber acessível a apenas uma elite. Esse objetivo amplia-se no final do século XIX para educação das massas e democratização da sociedade (CYSNE, 1993, p.53).

Não havia escolas de Biblioteconomia até 1920, momento em que surgiu em nível de Pós-Graduação, o primeiro curso de Biblioteconomia em Chicago. Até então, os conhecimentos de organização de bibliotecas, de classificação e catalogação bibliográficas eram diferentes, e cada biblioteca elaborava modelos de organização de acordo com as suas necessidades, conforme afirmara Ranganathan (2009). Basta lembrar que as técnicas de organização do conhecimento remontam à Calímaco, que organizou um catálogo com os itens do acervo da Biblioteca de Alexandria, e cada biblioteca que ia sendo formada ao longo dos tempos ia adaptando os catálogos conforme as necessidades de cada instituição. Todavia, os modelos de organização de bibliotecas permaneceram inalterados até o advento da Idade Moderna e da Ciência Moderna, quando os livros passaram a ser produzidos pela prensa gráfica e ampliou-se o universo dos conhecimentos produzidos.

O paradigma biblioteconômico, antes centrado na organização de documentos com vistas à sua preservação, vem deslocando-se para a mediação da informação com vistas ao seu acesso. Desta feita, o bibliotecário deixa de ser o guardião do conhecimento, do saber, e passa a ser o mediador da informação, isto é, o mediador entre o grande volume informacional produzido e a sociedade. E é

neste panorama social que no Século XVIII aparecem as primeiras bibliotecas públicas, abertas gratuitamente, e que abrem espaço para que no Século XIX fossem sistematizadas as primeiras técnicas de organização da informação. Os principais atores desse cenário de sistematização das técnicas de organização do conhecimento são: Anthony Panizzi, *Regras para a compilação do catálogo de livros impressos pelo Museu Britânico*, de 1839, na Inglaterra; Charles Jewett que em 1853 elaborou um código com 33 regras que foi baseado nas regras de Panizzi; Charles Ami Cutter, em 1876, elaborou as *Rules for a printed dictionary catalog*. Em 1908, foi lançada a primeira edição do Código da *American Library Association*. Em 1886, Carl Dziatzko compilou as regras de catalogação que resultou nas Instruções Prussianas, que propunha a abreviação de entradas de título.

É nesse contexto de uma maior sistematização do fazer do bibliotecário que surgem as primeiras Escolas de Biblioteconomia. Mueller (1984 *apud* CYSNE, 1993, p.28) afirma que a fundação da Escola de Pós-Graduação em Biblioteconomia em Chicago, no final da década de 1920, abriu espaço para a discussão filosófica da profissão. Antes, conforme afirmamos, o fazer dos bibliotecários pautava-se muito mais pelas práticas e experiências cotidianas de resolução de problemas, apoiadas em decisões dedutivas, do que em sistematizações científicas acerca do fazer profissional. Os problemas apareciam e os bibliotecários iam tentando saná-los conforme iam aparecendo. Com a criação de uma Escola de Biblioteconomia, os problemas de ordem prática da profissão puderam ser pensados de forma mais sistematizada e pautados em teorias filosóficas, todavia, mesmo em busca de uma teoria para a Biblioteconomia, os rumos da profissão não sofreram muitas modificações.

No Brasil, por exemplo, a criação do primeiro curso de Biblioteconomia se deu em 1911, e teve inspiração francesa, baseando-se nos moldes da *École de Chartes* de Paris, cujo modelo formativo tinha enfoque cultural e informativo. Todavia, o curso fora criado como uma forma de atender às demandas de profissionais no âmbito da Biblioteca Nacional, e não estava voltado para fomentar a transformação da sociedade. O segundo curso de Biblioteconomia no Brasil era ministrado no *Mackenzie College*, em São Paulo, e estava baseado nos moldes norte-americanos, tendo enfoque pragmático. A partir da década de 1930, com maior propagação das Bibliotecas Públicas no cenário nacional, foram surgindo outras escolas de

Biblioteconomia no país, ora seguindo o modelo da BN, ora seguindo o modelo do *Mackenzie College*.

Foi somente a partir da Segunda Guerra Mundial que os rumos da profissão do bibliotecário tiveram uma nova mudança paradigmática. As informações produzidas no âmbito da guerra, bem como as inovações tecnológicas surgidas como forma de vencer o inimigo, precisavam agora ser postas em ordem, e as tecnologias passaram a ser oferecidas num outro contexto, mercadológico. É nesse momento em que surgem os debates acerca da Biblioteconomia estar superada, e precisar de uma nova ciência a fim de dar conta do problema que estava posto, ou seja, o excesso de informação, e a conseqüente dificuldade de conquista do seu acesso. O paradigma da Biblioteconomia, desde o referido momento, vem deixando de centrar-se no paradigma do acervo (que é algo material) para se centrar no paradigma da informação (tornando-se fluxo), sendo, portanto, passíveis de serem acessadas independentemente do espaço sócio-geográfico no qual os indivíduos estão inseridos. É nesse contexto em que a formação do bibliotecário vem se reconfigurando.

As preocupações dos profissionais, cuja matéria-prima laboral é a informação (principalmente bibliotecários, museólogos e arquivistas), deixam de se pautar exclusivamente nas questões da organização do volume informacional, com vistas à preservação (devido a uma menor quantidade de itens do que a que se tem na contemporaneidade) para se pautar nas questões concernentes à mediação da informação, com vistas a facilitar o seu acesso (tendo em vista o excesso de informações produzidas). É nesse contexto em que se reconfigura, e se insere o trabalho do bibliotecário, ou seja, num momento em que vai se construindo um novo senso comum em relação à idéia de mediação: a ação de servir de intermediário, ou de ser o que serve de intermediário. Essa perspectiva se generalizou, atribuindo-se esse papel ao “cientista da informação” (seja ele denominado bibliotecário, arquivista, museólogo ou outra definição profissional). Por outro lado,

A ideia de mediação acaba por cobrir coisas tão diferentes entre si, que vão das velhas concepções de “atendimento ao usuário” à atividade de um agente cultural em uma dada instituição - museu, biblioteca, arquivo, centro cultural -, à construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e de comunicação, etc. Desse modo, uma definição

consensual de mediação parece impraticável: sempre contextualizada, torna-se um conceito plástico que estende suas fronteiras para dar conta de realidades muito diferentes entre si (ALMEIDA, 2008, p.3).

A partir do contexto socioeconômico e das mudanças introduzidas pelas novas tecnologias, os currículos tiveram de se adaptar às novas exigências do mercado, principalmente, no que concerne ao trabalho com os fluxos de informação. Neste cenário, em que o bibliotecário deixa de centrar seu trabalho na organização do acervo documentário para ser o facilitador, o mediador entre o volume informacional e o usuário é que as questões acerca da responsabilidade social de sua profissão se tornam pauta do dia. Desta forma, corroboramos com Broadfield (1949 *apud* CYSNE, 1993, p.30) ao afirmar que “[...] a responsabilidade social do bibliotecário resulta em que o acesso à informação não deve ser obstaculizado nem pela sociedade, nem pela religião, muito menos pelo Estado”. Outro teórico que tratou das questões concernentes à responsabilidade social profissional foi Paulo Freire (1959, p.107), porém, não de forma específica em relação à formação do bibliotecário, mas dos profissionais de forma geral. A educação em seus mais diversos níveis deveria formar profissionais

[...] com alto senso de responsabilidade profissional. Identificados com sua tarefa. Cômicos de seu papel altamente formador. Convictos da urgência de sua ação numa sociedade em que se contradizem as forças democratizadoras emergentes, com velhos complexos culturais anti-democráticos. Esta convicção, porém, como aquela consciência, dificilmente se forma em quem assume postura passiva. Em quem não é inserido num processo dialogal. Em quem não debate. Em quem não investiga. Em quem não discute livremente. Em quem não reelabora. Em quem não reinventa.

Conforme afirmamos anteriormente, a partir da década de 1930 os cursos de Biblioteconomia passaram a se disseminar pelo País, todavia, cada curso adaptava o seu currículo conforme as suas necessidades. Foi somente em 1982 que foi aprovado o currículo mínimo do Curso de Biblioteconomia no Brasil e, a partir de então, as Escolas de Biblioteconomia no País passavam, a partir da proposição curricular proposta pelo Ministério da Educação, a tentar adaptar a proposta curricular para a realidade de suas escolas.

A última dessas propostas de mudanças do MEC para os cursos de nível superior no Brasil se deu em 2001, ano em que o Ministério da Educação lançou as novas diretrizes para as formações profissionais no País, em decorrência do novo

contexto sociopolítico e econômico na qual estão imersas as formações profissionais contemporâneas. A partir dessas diretrizes, as Escolas de Biblioteconomia teriam de adaptar os seus currículos. Devido a este fato, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), antiga Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (ABEBD), realizou diversas reuniões a fim de discutir como deveria se realizar a formação do bibliotecário brasileiro no contexto do Século XXI. Para tanto, a ABECIN aliou-se ao Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (ForGRAD) para promover uma Oficina de Trabalho, elegendo como elementos centrais de discussão o Projeto Pedagógico enquanto instrumento balizador das práticas pedagógicas, das ações docentes, discentes, e de gestores do(s) curso(s); e a Avaliação da Graduação, referenciada no projeto pedagógico.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de alcançarmos os objetivos propostos neste artigo, utilizamo-nos de alguns procedimentos metodológicos como forma de encaminhamento teórico e prático desta investigação. Para tanto, iniciamos com uma revisão de literatura acerca dos temas da responsabilidade social, da formação do bibliotecário, e da mediação da informação. Como teórico norteador de nossas reflexões acerca das questões acima elencadas, elegemos Paulo Freire, tanto devido à sua reflexão acerca da prática pedagógica, quanto em relação à suas formulações nas questões referentes à mediação. Mediação para Freire (2005, p.80) é o processo de inserção crítica na realidade na qual se encontram os objetos do conhecimento, a fim de que, imersos na realidade social, os sujeitos da educação emiram dessa realidade, e insiram-se nela de forma crítica.

Em seguida, prosseguimos com a análise de conteúdo dos documentos do MEC e da ABECIN tendo como categorias de análise os seguintes conteúdos: acesso à informação, mediação da informação e responsabilidade social, a fim de tentar perceber se os currículos de formação do bibliotecário brasileiro abordam o tema da responsabilidade social, e se a forma de abordagem vai ao encontro ou não do conceito de responsabilidade social que é usado no âmbito das empresas. No tratamento dos dados utilizamos a técnica da análise temática que para Bardin

(2002) baseia-se em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação, e posteriormente, realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias.

Como forma de melhor sistematizar a análise de dados definimos, de forma apriorística, as seguintes categorias: a) responsabilidade social; b) mediação da informação; c) acesso à informação. As análises serão realizadas tomando por base o referencial teórico da pesquisa.

5 RESULTADOS PARCIAIS

Em relação às diretrizes do MEC para a formação do bibliotecário brasileiro, podemos afirmar que elas tratam, sim, acerca das questões concernentes a responsabilidade social do bibliotecário, quando afirma que a formação do bibliotecário deve atentar para que a formação deva preparar o profissional para que este **“reflita criticamente sobre a realidade** que o envolve, buscando o aprimoramento contínuo, e **observando padrões éticos de conduta”**. Com relação a este conteúdo, podemos afirmar que a diretriz que o MEC propõe para a formação do bibliotecário é uma responsabilidade social que não vai ao encontro da responsabilidade social da maioria das empresas, uma vez que coloca para esta formação que ela deve observar padrões éticos de conduta, o que destoam da responsabilidade social empresarial, embora o discurso que a maior parte das empresas apregoa é que elas se preocupam com o meio ambiente, e com as pessoas que nele habitam. O que percebemos, pois, é que em algumas empresas o discurso não vai ao encontro da prática, pois embora muitas vezes consigam promover algumas ações que lhes garantem o selo de “socialmente responsável”, elas ocasionam alguns problemas que destoam da ética apregoadas por elas. As empresas, para conseguirem o selo de responsabilidade social, passam a preservar os recursos ambientais e culturais apenas como forma de dissimular a intenção do lucro. Tal atitude soa para alguns teóricos mais ligados a uma teoria crítica como uma espécie de pagamento de uma dívida que a empresa vem realizando pelo que ela vem fazendo com o meio ambiente, contudo, para os autores que tem uma abordagem mais crítica, esse discurso é muito mais uma forma de dissimular a intenção de lucro.

Todavia, a responsabilidade social proposta para o bibliotecário não vai ao encontro da idéia de responsabilidade social mantida pela maioria das empresas, uma vez que no conteúdo das diretrizes curriculares apontam cada vez mais para que a formação do bibliotecário **esteja em consonância com a realidade ao seu redor**, portanto, que o bibliotecário esteja inserido na realidade em que atua. Essa idéia vem ao encontro das teorias curriculares e educacionais de Paulo Freire, uma vez que o mesmo afirma que o planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores desta sociedade e que, só desta forma, é que o processo educacional pode funcionar, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança.

O MEC coloca competências e habilidades que devem nortear a formação do bibliotecário, isto é, o profissional deve “[...] **responder a demandas sociais de informação** produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo, e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação”. Aqui encontramos outra diretriz do MEC que vai ao encontro de uma responsabilidade social a partir de uma visão crítica de mundo, ou seja, o trabalho do bibliotecário se volta para atender às demandas sociais no que se refere à informação e à tecnologia. Esta diretriz, em conjunto com outra que se refere a “[...] desenvolver e utilizar novas tecnologias”, pode ser utilizada para o ensino da Biblioteconomia desde que essas tecnologias sejam utilizadas como forma de restabelecer a condição do sujeito, do ser que busca o saber, que busca o conhecimento tendo em vista a sua melhoria de vida e a do próximo, conforme os postulados do educador Paulo Freire.

Na formação do bibliotecário, as tecnologias de informação e de comunicação podem ser utilizadas, por exemplo, sob a forma de listas de discussão que, na atualidade, são realizadas por meio da *Internet*. Os alunos, como também os profissionais, podem desenvolver e utilizar as listas de discussão, e dessa forma dialogarem acerca do seu fazer profissional. Essa é uma das ferramentas que a contemporaneidade possui e que podem ser usadas para uma maior ampliação das possibilidades de aprofundamento da sua capacidade de reflexão, do exercício da participação e da ressignificação do seu papel de sujeito, ator de sua própria história. As tecnologias, ao entrarem no Século XXI, saíram do macro escala e passaram para escalas micro e nano e, diante deste cenário, buscamos

compreender em que medida o ciberespaço e suas comunidades virtuais, baseados em nanotecnologias, nos ajudam a pensar no caráter revolucionário da tecnologia com respeito à sociedade e, também, sobre o peso das inovações sociais, tecnológicas, políticas, e econômicas em nossa vida cotidiana?

Podemos, portanto, pensar que com uma maior utilização das tecnologias de informação e de comunicação os sujeitos podem apropriar-se desses recursos tecnológicos como forma de resgate do pensar autônomo, da emancipação do pensamento único imposto pelas políticas contemporâneas, e passa a autonomizar-se enquanto sujeito social. É nessa perspectiva que deve se pautar a atuação do bibliotecário, ou seja, enquanto um profissional que não está apenas atento aos novos recursos que as tecnologias eletrônicas possibilitam, mas que se apropriem dessa tecnologia e que saiba promover o acesso ao dilúvio de informações que se encontram no ambiente ciberespacial que é, por natureza, uma informação tecnológica. Mesmo diante das possibilidades de agregação social propiciadas pelas TICs, não podemos ser ingênuos a ponto de pensar que elas são usadas apenas como mecanismo de atuação política. Parece que, à proporção que novas formas de mobilização social são realizadas nesse ambiente, também novas versões de criminalidade e de banditismo são realizadas em rede. Não nos esqueçamos de que senhas são descriptografadas, cartões são clonados, dentre outras formas de banditismo em rede.

As tecnologias estão postas para o uso e para sua apropriação pelos sujeitos sociais. Daí a necessidade, conforme aponta Valentim (2000, p.8), de que os cursos de formação do bibliotecário, independentemente de eles estarem revestidos de um cunho técnico, ou humanista, procurem ministrar conteúdos voltados para o paradigma da informação, ou seja, que o educando seja capaz de tratar e de mediar informações tanto no ambiente líquido-digital, quanto no ambiente sólido-analógico, e de uma forma consciente e crítica da responsabilidade social que envolve a sua profissão.

Daí a própria diretriz do MEC afirmar a importância de o bibliotecário se apropriar de conhecimentos concernentes ao “[...] processamento da informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação, além de realizar pesquisas relativas a produtos, processamento,

transferência e uso da informação”. Sabemos, pois, que dependendo da forma como se processa a informação, o consulente terá, ou não, acesso à informação demandada ao sistema. Daí a importância de o bibliotecário ser efetivamente não mais apenas o organizador do volume informacional, mas também de servir de intermediário, elaborando novos produtos, e políticas informacionais que possibilitem ao público se inserir no universo de informação produzida socialmente.

Já em relação à análise das diretrizes da ABECIN, podemos afirmar que revelou que as atuais diretrizes da formação do bibliotecário aponta para que “[...] a educação superior estabeleça princípios que guiem não só a formação técnico-científica, que o mundo do trabalho requer, mas também a formação do cidadão que uma sociedade inclusiva exige”. É nesse sentido que uma formação profissional voltada apenas para os critérios da pedagogia das competências e das habilidades já não dá mais conta da realidade complexa que se nos está posta. Daí a necessidade de se conhecer os espaços sociais nos quais o bibliotecário irá atuar, por meio do desvelamento da realidade social, política, econômica, educacional e ocupacional contemporâneos.

Também encontramos nas diretrizes da ABECIN que “[...] o ato conceitual para a construção do projeto pedagógico, levando em consideração a autonomia na formação, busca capacitar o aluno a atuar em um mundo em permanente mudança, tendo como premissas os princípios expostos por Morin, com base no relatório Delors apresentado no *Education for the 21st Century in the Asia-Pacific Region*, com o tema geral *The Five Pillars of Education*: aprender a aprender, a ser, a fazer, a viver junto e a conhecer (1998)”.

Outra diretriz que encontramos foi que os cursos devem oferecer disciplinas de formação geral, específica e de natureza instrumental para “[...] capacitar o egresso, numa perspectiva de formação integral, para atuar com competência, de modo a responder às demandas sociais, mais especificamente como gestor e mediador da informação, por meio das disciplinas associadas às quatro áreas curriculares, considerando o nível específico de formação”. Nesta diretriz, encontramos como norte fundamental a questão da competência. Parece que a responsabilidade social que se coloca para o bibliotecário não é aquela que faz com que o profissional tenha uma dimensão social e educativa acerca da sua profissão, mas sim que ele saiba dominar de forma competente as técnicas que fundamentam

o seu fazer profissional. Todavia, mais urgente do que saber dominar de forma competente as técnicas e os métodos do seu fazer profissional, é o aluno desenvolver um pensamento crítico acerca da sua profissão. É saber refletir numa sociedade que obstaculiza a reflexão, tornando-a descartável, a fim de que a informação mais nova já seja assimilada pelo sujeito, conforme propõe a próxima diretriz da ABECIN “[...] os currículos dos Cursos de Biblioteconomia/Ciência da Informação precisam, através de práticas pedagógicas inovadoras e emancipatórias, estimular o aluno a pensar, assim como estabelecer relações entre o fazer e o pensar, como uma dinâmica natural da profissão”.

Nesta última diretriz, por nós citada, encontramos uma mudança paradigmática que vem se efetivando no fazer do bibliotecário desde o início do Século XX, que é o resgate do pensar acerca da sua própria profissão.

6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Conforme podemos observar por meio da análise dos documentos do MEC e da ABECIN, as diretrizes que o MEC propõem para a formação do bibliotecário acerca da responsabilidade social não vai ao encontro da responsabilidade social de algumas empresas, uma vez que coloca para esta formação a observação de padrões éticos de conduta, que destoam da responsabilidade social empresarial – não tanto em seu discurso, mas na forma como ela é efetivamente praticada pela maioria das empresas.

Cabe ao bibliotecário, na contemporaneidade, conforme as novas diretrizes do MEC e da ABECIN, não mais ser apenas o organizador do acervo com vistas à sua preservação, à sua guarda, mas que tenha domínio das técnicas biblioteconômicas, tendo em vistas que a organização do acervo deve ser realizada para facilitar que o usuário encontre a informação demandada. Daí o novo paradigma do fazer do bibliotecário pautar-se nos processos de mediação da informação, do acesso à informação.

É urgente para a formação do bibliotecário o estudo não só teórico, mas acompanhado da observação direta, de nossa realidade política, o debate de nossos problemas agudos. Estudos e debates que fossem feitos através de disciplinas como sociologia, filosofia e a teoria política, como forma de o bibliotecário identificar-se

com o contexto a que vai aplicar o seu agir educativo. O bibliotecário deve ter consciência crítica do contexto, pois somente desta forma pode interferir nele, conforme nos propõe as teorias curriculares de Paulo Freire para a educação superior em sua tese *Educação e Atualidade Brasileira*. O que se torna urgente é que o bibliotecário aproprie-se da informação e promova o seu acesso, tendo em vista que a responsabilidade social de sua profissão deve ter uma prática libertadora, conforme os postulados de Paulo Freire.

Para tanto, é necessário clareza no reconhecimento da responsabilidade social, que está implicada na sua profissão. Desta feita, como o bibliotecário deixou de ser o guardião para ser o mediador de informações, a sua atuação deve pautar-se por ações que sejam socialmente responsáveis. A responsabilidade social do bibliotecário embora ainda enfatize a organização da informação, está a cada dia acentuando-se cada vez mais nas questões que concernem à facilitação do acesso, à mediação da informação, portanto, a servir de elo, de mediador entre o volume informacional e o usuário. Os mecanismos de mediação que o bibliotecário dispõe ainda não estão claramente definidos, conforme afirmamos anteriormente, todavia, um dos mecanismos pode começar a ser esboçado, que é a interação do bibliotecário/usuário/informação mediada pelo mundo, pelo conhecimento da realidade ao seu redor.

REFERÊNCIAS

ABECIN/ForGRAD. **Projeto pedagógico e avaliação da graduação: referências para a renovação e resignificação do ensino em Biblioteconomia/Ciência da Informação**.

São Paulo: ABECIN/ForGrad, 2001. Disponível em:

<<http://www.abecin.org.br/portal/abecin/main.php?sl=docabe>>. Acesso em: 04 mar. 2010.

ALMEIDA, M. A. de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v.1, n.1, 2008.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BELIZÁRIO, F. B.; LOPES, F. T. P. Deontologia da responsabilidade social: uma proposta de intersecção entre o funcionalismo e o marxismo. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 4., 2010. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

CYSNE, F. P. **Biblioteconomia**: dimensão social e educativa. Fortaleza: EDUFC, 1993.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Educação e atualidade brasileira**. Recife: UFPE, 1959. Tese (Concurso Titular) - Cadeira de História e Filosofia da Educação - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARÇOM, M. M. **A responsabilidade social corporativa como sistema simbólico: o significado construído e compartilhado pela comunicação institucional**. São Paulo: USP, 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo (USP).

MATTAR, H. **Os desafios da responsabilidade social empresarial**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL 2001- EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 6 jun.2001. São Paulo, Ethos, 2001. (Palestra)

MEC/Sesu. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação**. 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/Sesu/diretriz.shtm>>. Acesso em: 10 maio 2009.

MICROSOFT BRASIL. **Responsabilidade social corporativa 2009**. 2010. Disponível em: <download.microsoft.com/.../Microsoft_Brasil_Responsabilidade_social_corporativa_2009.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

THE CORPORATION. Direção de March Achbar e Jennifer Abbot. Estados Unidos, 2004. 1 DVD (145min), son., color.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000.